

Relatoria da oficina “Lutas sócio-territoriais no Brasil: povos e comunidades tradicionais e o direito à consulta prévia, livre, informada e de consentimento” realizada no 2º Fórum Brasileiro dos Direitos da Natureza

No dia 07 de outubro de 2023 às 14hrs foi realizada a oficina “Lutas sócio-territoriais no Brasil: povos e comunidades tradicionais e o direito à consulta prévia, livre, informada e de consentimento” na Universidade Estadual de Santa Cruz, no segundo dia de atividades do 2º Fórum Brasileiro dos Direitos da Natureza. Mariana de Oliveira Estevo (assessora da Cáritas Brasileira - Secretariado Nacional) deu abertura com os agradecimentos e apresentações das entidades que se fizeram presentes na co-organização da oficina: Cáritas Brasileira - Secretariado Nacional, Cáritas Brasileira Regional Nordeste 3, Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Comissão Pastoral da Terra (CPT). Logo após, Janaina Nunes (CIMI - Bahia) e Joice Santana (Cáritas Brasileira Regional Nordeste 3) declamaram o poema “O estatuto do homem” de Thiago de Mello. O momento seguinte foi de apresentação de experiências de algumas comunidades que realizaram a construção do protocolo de consulta em seus territórios. Luciana dos Santos Silva iniciou sua fala apresentando a experiência de sua comunidade, Quilombo Subaé na Bahia, bem como a articulação feita em parceria com a Cáritas na construção do protocolo de consulta realizada na comunidade. Ela contou que essa articulação foi importante para a organização da comunidade, por meio dela foi possível entender melhor sobre sua história e o conhecimento no acesso aos direitos.

Logo em seguida, Rogério Sebastião Ferreira Santos, representante da Cáritas em Sergipe, apresentou como foi feito o protocolo de consulta na região dos Brejões dos Negros. Ele contou que a região é impactada por grandes empreendimentos de carcinicultura, especulação imobiliária e exploração de petróleo na foz do rio São Francisco. As comunidades que formam os Brejões dos Negros são quilombolas e seus territórios correm o risco de deixarem de existir para dar lugar a esses empreendimentos. As falas registradas no vídeo de apresentação do protocolo de consulta, mostraram o conhecimento dos moradores da importância de proteger a região, além da denúncia do apagamento da identidade e da ancestralidade com os avanços de tais empreendimentos. Os moradores relataram na composição audiovisual a

importância do protocolo de consulta e como ele se faz necessário para fortalecer o direito à consulta prévia sobre quaisquer atividades a serem desenvolvidas nas comunidades.

No segundo momento da oficina alguns representantes de pastorais e de órgãos públicos fizeram uso do espaço. Haroldo Heleno do CIMI - Regional Leste alerta para o processo da construção do protocolo de consulta, para ele mais do que a comunidade ter em mãos o protocolo é necessário que ele seja respeitado. Conforme ele, diante dos gigantescos ataques às comunidades espera-se que os protocolos de consulta ganhem não apenas visibilidade, mas que sejam instrumentos de validade frente às ações jurídicas. Haroldo alerta ainda que o protocolo de consulta é realizado para a sociedade branca, pois as comunidades já possuem seus próprios protocolos, oficializá-lo é somente uma parte que se torna necessária do ponto de vista dos avanços de muitos empreendimentos no Brasil e dos recorrentes ataques às comunidades nos últimos anos. O protocolo se torna então uma ferramenta que deve ser antes de tudo, respeitada pelos órgãos de licenciamento.

Marcos André (Procurador da República - Ministério Público Federal na Bahia, titular do 16º Ofício Estadual Resolutivo para Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais - MPF-BA), ratificou que o protocolo de consulta deve partir das comunidades e não do governo, uma vez que o segundo é responsável pela fiscalização, desse modo as comunidades precisam se expressar como querem ser consultadas de forma autônoma, e estabelecer, assim, o direito à consulta prévia, livre, informada e de consentimento. Observou que na Bahia a maioria dos licenciamentos são concedidos sem apresentação das consultas prévias, todavia citou alguns casos de comunidades que apresentaram o protocolo construído de forma autônoma e tiveram mudanças judiciais importantes. Marcos André argumentou que a tarefa do Ministério Público é cobrar do poder público e aos órgãos de licenciamentos sobre a consulta prévia, entretanto, mediante ao estágio de recorrentes violações das comunidades tradicionais é de suma importância que as comunidades tenham autonomia para a construção do protocolo.

Na sequência, Luis Magnata (Diretor de políticas para Povos e comunidades Tradicionais de matriz Africana, Povos de terreiro – Coordenação-geral para Liberdade religiosa do Ministério de Igualdade Racial - MIR), iniciou

sua fala enfatizando que o protocolo de consulta ganhou espaço devido às forças de atuação de movimentos sociais. Mas há algumas divergências que carecem de ser expostas, a saber, o modo como são tratados os protocolos (em audiências públicas) por parte de empresas que fragilizam o instrumento. Acrescentou ainda que a audiência pública não é lugar de se fazer consulta, e nem o licenciamento ambiental deve ser instrumento para se falar em consulta prévia visto que a linguagem técnica estabelecida acaba por confundir e não dá a atenção necessária ao protocolo de consulta, colocando-o como secundário. Assim, Luís Magnata mostrou que os protocolos de consulta devem ser construídos antecipadamente pelas próprias comunidades, mais precisamente, no primeiro momento em que os empreendimentos chegam nos territórios. Além disso, argumentou que estão sendo desenvolvidas ferramentas para financiar o processo de construção dos protocolos de consulta em diálogo com os órgãos e isso pode auxiliar na expansão dos direitos das comunidades e na aplicação da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Para Júlio Rocha (Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia - UFBA / Salvador - BA) o governo federal não tem uma hegemonia nos direitos referente às comunidades, há ainda muitas referências de políticas neoliberais de extrema-direita nas ações políticas que dificultam a promoção dos direitos das comunidades. Lembrou que o governo de esquerda que se elegeu nas últimas eleições não tem a maioria de apoiadores, visto que a extrema-direita tem se fortalecido nos espaços de decisões políticas. Toda essa conjuntura auxilia para os avanços dos empreendimentos sobre os territórios e aumento de conflitos territoriais. Em sua fala, mostra que o estado da Bahia, nos últimos anos, tem sido bombardeado de conflitos seguidos de óbitos de importantes lideranças (como o assassinato da Mãe Bernadete), nessa direção torna-se fundamental a implementação do protocolo de consulta não apenas nas comunidades que vivem em diferentes estágios de violência, mas que seja realidade a consulta prévia em todas as instâncias territoriais do Brasil.

Maria Rosilene Bezerra Rodrigues (Diretora de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos e Assentamentos - DO INCRA) após explicar sua vivência de luta e experiências políticas relatou a necessidade de um encaminhamento mais profícuo; com a criação de uma comissão constituída por procuradores, representantes de entidades e movimentos sociais para construir

medidas no sentido de fortalecer a luta das comunidades no pertencimento de seus territórios e o direito de serem ouvidas, consultadas previamente e decidirem se querem ou não a implementação dos empreendimentos em suas territórios tradicionais.

Carlos Delia (Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA) relata sobre a importância da construção dos argumentos jurídicos, para ele o direito se constitui em um espaço de luta; por isso, é preciso mais do que estabelecer a consulta prévia, mas, sobretudo, entendê-la nas suas especificidades: o que estamos querendo reivindicar. Apontou as fragilidades da própria lei (a ratificação da convenção nº 169 da OIT) que oferece brechas para que as empresas avancem mesmo com a existência do protocolo de consulta. Segundo ele “não podemos perder nosso horizonte utópico, e mais do que nunca, a centralidade da luta”.

Após a fala dos convidados, teve início a abertura da roda para manifestações e comentários. Neste momento foi feita a escuta de outras representações de comunidades que estão enfrentando violações de direitos, muitas delas ainda não realizaram a construção do protocolo de consulta em seus territórios. A rodada foi iniciada com a fala do Cacique Ramon Tupinambá, da Aldeia Tukun dos Tupinambá de Olivença - Ilhéus, Bahia. Ele argumentou que o papel da luta da comunidade feito até o momento foi recorrer às ações dos grandes empreendimentos implementadas no território, para ele “estamos sempre um pé atrás, em uma posição de “apagar fogo”. Ramon denuncia que as lideranças que têm feito o papel de salvaguardar a natureza vêm sofrendo todo tipo de opressão, a saber, a dizimação dos povos indígenas nos últimos anos, só das lideranças Tupinambá na Bahia foram 22 lideranças assassinadas, e, mesmo apresentando provas, o processo é sempre engavetado. Há um silenciamento bem articulado com aval do governo do estado da Bahia para essas execuções. O Cacique concluiu sua fala mostrando que o protocolo é importante, mas que é preciso haver uma ação mais incisiva para ser garantida a voz das comunidades e seus direitos.

Miguel, membro de comunidade quilombola, falou dos avanços dos parques solares em sua comunidade e lamentou que a consulta prévia quando feita sem autonomia beneficia as empresas. Helena, moradora do quilombo de

Barrinha, compartilhou que seu território sofre com a especulação imobiliária que pretende urbanizar a comunidade, transformando-a em um ponto turístico privatizado. Por conseguinte, Hildete David dos Santos do quilombo do Alto do Tororó em Salvador - BA compartilhou sua vivência de luta, na ocasião tal comunidade vem enfrentando diversas ameaças de distintos empreendimentos, muitos deles já instalados que provocam o assoreamento dos rios e prejudicam a prática marisqueira na região. Nessa direção, Júlio agente da CPT alertou para o aumento de ataques aos quilombos, o descaso do INEMA (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia) bem como seu direcionamento a favor das empresas são uma das principais causas de desassistência e violação dos direitos das comunidades tradicionais. Em concomitância, Haroldo Heleno - CIMI enfatizou que é preciso urgentemente que os protocolos de consultas sejam reconhecidos pelos órgãos, pois a tática para que as empresas sejam responsáveis por realizar a oitiva é gravíssima. Há vários casos de comunidades que são convidadas a participarem de seminários/rodas de conversa com listas de presença que são, posteriormente, utilizadas a fim de conformidade dos moradores ao empreendimento. Diante disso, propôs como encaminhamento que seja apresentado no plenário uma solicitação de caráter emergencial para demarcação das terras dos Tupinambás de Olivença.

Andréia Muniz Lisboa, moradora da Comunidade do Taquaril dos Fialhos, sistematizou a luta de sua região no sudoeste da Bahia frente à mineração e empreendimentos eólicos. Segundo ela, as comunidades tradicionais locais estão sendo destruídas para a implantação de um desenvolvimento que não contempla a realidade local. Existe uma luta travada há mais de 17 anos em sua comunidade, que coloca em risco o abastecimento hídrico de mais de quatro municípios em uma região semiárida, além de vários impactos sócio ambientais. Damião Alves de Carvalho, também morador de Taquaril dos Fialhos, lembrou o descaso do poder público com a comunidade no processo de pesquisa mineral ocorrido em 2022. Os dois argumentaram que durante todo esse processo a comunidade oficializou aos órgãos públicos denunciando que o local onde estava sendo realizada a pesquisa trata-se de uma área de preservação permanente (APP), além do descumprimento das condicionantes pela empresa que constava no laudo do licenciamento emitido pelo INEMA. Tal órgão desconsiderou a não conformidade da certidão de uso e ocupação do solo

(documento que está dentre os critérios para outorgar o licenciamento) emitido pela prefeitura do município. O órgão desconsiderou o documento e concedeu à empresa o licenciamento para realizar a pesquisa. Os representantes acrescentaram que a associação dos Pequenos Agricultores de Taquaril dos Fialhos (ASPAT) da comunidade oficializou ao ministério público estadual, ao federal e ao INEMA notificando-os sobre as violações de direitos sofridas desde o primeiro momento em que empresa Vale do Paramirim adentrou a comunidade e mesmo assim a empresa não foi impedida a realizar a pesquisa. Andréia lamentou o fato da comunidade ser violada constantemente e silenciada e que nada tenha sido feito para que os direitos de pertencimento ao território e de viver do desenvolvimento já existente sejam ignorados pelos órgãos que deveriam oferecer a proteção e fiscalização adequada.

Gabriel expôs o conflito na RESEX de Canavieiras e argumentou que o protocolo de consulta é fundamental, mas que ele não salva as comunidades tradicionais, é necessário utilizar o protocolo como uma ferramenta, porém articulando-a com a formação de luta dentro dos espaços com vistas a construir um coletivo de reivindicações. Simone, falou do plantio de eucalipto na sua comunidade e as ocupações de usinas. Chamou atenção do poder público presente na oficina para a questão da segurança e soberania alimentar dos moradores que estão à mercê dos empreendimentos, que ao serem instalados usurpam os modos de vida e produção das comunidades. Para ela, carece que o Estado tome ciência das condições impostas às comunidades para implementar empreendimentos que não condizem com a realidade dos moradores. Indignada, exclamou “quantos de nós teremos que morrer para ocupar o que nós temos de direito... não queremos ser mais um a morrer”.

O cacique Maurício argumentou que o fundamental é a luta das comunidades construídas coletivamente, pois “os inimigos” têm as brechas dentro da própria lei para substanciar os grandes empreendimentos. Na sequência, Naiara indígena da etnia Tucano problematizou a conjuntura política brasileira afirmando que é necessário, sim, munir as comunidades com esses instrumentos, mas sempre atrelado à luta coletiva. Ela refletiu que embora ocorreram avanços significativos na mudança do governo, é preciso não só do reconhecimento das existências das comunidades tradicionais, mas de uma ativa participação desses sujeitos nos espaços de decisão.

Ao final da oficina, Marcos André (MPF-BA) agradeceu e se colocou à disposição para auxiliar no que for preciso. Disse também que através dos relatos compartilhados percebeu que as comunidades estão muito mais conscientes sobre seus direitos. Nessa direção, Luis Magnata (MIR) se comprometeu a continuar com o diálogo e alertou que é um processo lento, mas que é necessário o enfrentamento, pois “o governo só anda com pressão social”. Júlio Rocha (UFBA) enfatizou que se há esperança ela se encontra na luta dos povos tradicionais e que o atual governo traz grande oportunidade de recuperar tais conquistas. Por conseguinte, Maria Rosilene (INCRA) afirmou que todos esses casos de violação de direitos escancarados no tecido social precisam ser lidos com profundidade, atentando em todos os detalhes possíveis para angariar as conquistas desejadas. Carlos Delia (MDA) falou que os movimentos sociais têm que fazer essa articulação e formação política com as comunidades, pois é a articulação “entre o individual e o coletivo que vai possibilitar mudanças”. Na sequência, às 18hrs, Mariana O. Estevo (Cáritas Brasileira) agradeceu a todas e todos os presentes no espaço pela experiência compartilhada e direcionou todas e todos ao grande auditório para cerimônia de encerramento do segundo dia de atividades do Fórum.



Mariana de Oliveira Estevo  
Assessora Nacional Cáritas Brasileira